



Ao oitavo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte quatro, às 10h horas, reuniu-se a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul - COETRAE-RS, em formato online, por intermédio de videoconferência na plataforma Microsoft Teams. Estavam presentes Wellington Xavier (SJCDH); Simone Ambrozio (SJCDH); Lucilene Pacini (MTE); Pedro Kenne (MPF/RS); Charles Kuhn (Juiz do Trabalho); Sérgio Poletto (FETAR/RS); Laura Zacarias (MPT/RS); Marcelo Remião (PRF); Diocela Gonçalves (SDR/RS); Ana Luisa Moro (SSP/RS); Carlos Henrique Kaipper (APERGS); Claudete Rissini (ASEBESCA); Ana Paula Baggio (SEDUC); Izane Mathos (CTB); Elaine Dillenburg (FETAG/RS). Wellington Xavier (SJCDH) inicia a reunião saudando todos os presentes e informa as pautas que serão discutidas na reunião. **1. Informes:** Wellington (SJCDH) fala sobre a perspectiva de retorno gradual ao Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) no dia 15 de julho. Ele comenta as respostas que a COETRAE-RS forneceu em um formulário de coleta de informações sobre a política descentralizada de combate ao trabalho escravo, realizada pela CONATRAE. O objetivo deste formulário era avaliar o funcionamento das COETRAEs nos Estados. Outro informe se refere aos recursos estratégicos para as ações dos projetos, uma vez que o Observatório está inserido nessas ações. Ele menciona que há uma orientação para dar continuidade às ações, embora ainda não haja uma definição final sobre o orçamento necessário para contratar a instituição de pesquisa que conduzirá o Observatório. Por fim, Wellington (SJCDH) apresenta o progresso do site da COETRAE-RS, destacando algumas abas que estarão disponíveis, como: explicação sobre o que é a COETRAE-RS, legislações, membros, notícias, cartilhas e folders, como denunciar, orientações para o atendimento às vítimas de trabalho escravo, documentos, decretos e atas. Carlos (APERGS) sugere dar um destaque à lista suja, pois é importante. Wellington (SJCDH) acrescenta que, além disso, é necessário filtrar as empresas e empregadores do estado. Por fim, Wellington (SJCDH) informa que a arte do site ainda está sendo ajustada para a votação e que, talvez, na próxima reunião, já se possa definir a arte da COETRAE-RS. **2. Regastes em junho/julho:** Lucilene (MTE) informa que, até o momento, houve o resgate de 66 trabalhadores e que, desde a última reunião, foram realizados dois resgates: uma empregada doméstica em Novo Hamburgo e um empregado de uma loja de construção em Cachoeirinha. Além disso, menciona que, durante esse período, ocorreram mais quatro resgates, totalizando seis. Em todas essas operações, apenas uma vítima foi resgatada em cada uma. Entre esses casos, houve o de um trabalhador que faleceu antes de ser resgatado. **3. Campanha de prevenção e combate ao TAE no RS:** Wellington (SJCDH) recapitula que o plano de trabalho inclui a elaboração de um projeto de lei que visa a implementação de uma campanha de conscientização, seja por meio de uma semana estadual ou de outras ações amplas e operativas de divulgação de materiais de denúncia em rodoviárias e aeroportos sobre tráfico de pessoas e trabalho análogo à escravidão. Ele destaca que essa campanha seria desenvolvida no mês de setembro, portanto, ainda estão dentro do prazo. Em relação à ideia de ações de conscientização, sugere trabalhar na questão dos canais virtuais, elaborando materiais de comunicação para serem disponibilizados em todas as instituições, órgãos, sites



e redes sociais das entidades que compõem o Colegiado. Ele complementa que esses materiais devem incluir informações sobre como denunciar no sistema IP e identificar alguns elementos básicos para se precaver contra o trabalho análogo à escravidão. A intenção é analisar quais demandas são importantes para prevenir nesse momento de vulnerabilidade da população gaúcha, especialmente após as enchentes. Sérgio (FETAR/RS) menciona que a contribuição da FETAR/RS seria por meio de folders e cartazes. Wellington (SJCDH) responde que, para a produção de material gráfico impresso, é necessário obter verba do Estado. Lucilene (MTE) sugere que um dos meios mais eficazes para atingir esse público seria a rádio, mais do que a internet e a televisão. Wellington (SJCDH) concorda e considera viável fazer uma parceria com a Secretaria de Comunicação para verificar se é possível estabelecer uma ponte com as principais rádios do estado. Ele acrescenta que é necessário incluir no projeto básico, que será enviado à ASCOM, os elementos básicos e os canais de denúncia, além do formato desejado, seja participando de algum programa ou através de um pequeno comentário de algum apresentador sobre a questão. Claudete (ASEBESCA) sugere que os meios de divulgação contemplem vários idiomas para alcançar os povos migrantes e indígenas. Lucilene (MTE) destaca a importância do espanhol e a necessidade de divulgar materiais informativos em locais frequentados por trabalhadores argentinos e uruguaios ao entrarem no país, como também em áreas de migração. Wellington (SJCDH) pergunta se há alguma colheita que está recebendo mais atenção. Lucilene (MTE) responde que, atualmente, as colheitas de hortaliças e verduras. Acrescenta que no período do inverno, a extração de resina é uma atividade predominante, porém, bastante precária, podendo se assemelhar a condições análogas à escravidão. Wellington (SJCDH) menciona que, com o marco temporal, uma abordagem mais específica pode ser aprovada pela assessoria de comunicação e conseguir recursos. Ele cita a colheita do fumo como um exemplo que exige muita atenção e sugere que a preparação para isso deve ser feita até o final de agosto e setembro. Lucilene (MTE) concorda que, para a colheita do fumo, o ideal é começar em outubro. Wellington (SJCDH) acrescenta que setembro deve ser usado para preparar o material e os recursos necessários, para que a distribuição possa ocorrer de forma eficaz. Claudete (ASEBESCA) sugere que também se deve considerar a questão da plantação de fumo, e não apenas a colheita. Wellington (SJCDH) observa que a questão da demanda de fumo já havia sido abordada na COETRAE-RS em anos anteriores, mas não foi devidamente tratada. Ele cita o município de Venâncio Aires, que recebeu atenção significativa e é um dos com maior número de resgates. Para avançar, sugere que a COETRAE-RS deve adotar uma abordagem mais preventiva em relação à colheita do fumo. **4. Representações COETRAE-RS:** Wellington (SJCDH) informa que, com o período eleitoral, ocorreram mudanças nas Secretarias, resultando na substituição de alguns representantes, como o titular da Secretaria do Trabalho. Ele também mencionou que irá verificar quais órgãos, como a Polícia Federal, estão sem representação. Além disso, destaca que a representante da Defensoria Pública do Estado, Mônica Zimmer, deixou o cargo devido ao término de seu mandato, e será necessária uma nova nomeação. Em relação ao Decreto, ficou como encaminhamento as seguintes



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

alterações: a Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo fará parte de uma pasta responsável pela política de justiça; a inclusão da FGTAS no Art. 3º; desmembrar em duas, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural e desmembrar a Assistência Social e Direitos Humanos da Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social; retirar dos membros votantes a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura; os demais órgãos e entidades permanecem sem alterações. A respeito dos representantes externos ao Executivo que compõem a COETRAE-RS, mencionados no §1º do Art. 1º, com a retirada da Polícia Rodoviária Estadual, todos os demais órgãos e entidades permanecem os mesmos. **Vencidos os pontos de discussão, encerrou-se a reunião.**